

ReDCen – Revista Discurso em Cena

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza da (Orgs). **Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção de conhecimento engajado**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. 184p.

Resenhado por: Daniele Gruppi Mendonça¹
Universidade de Brasília
danielegmendonca@gmail.com

O livro *Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção de conhecimento engajado* é uma reelaboração dos diálogos horizontais que ocorreram no XI Colóquio Internacional da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD), na Universidade de Brasília (UnB), em 2016. Os temas explorados na conferência de abertura e nas sessões de rodas de conversas do evento estão representados neste volume. Assim, ao assinar textos aí publicados, se autorrepresentam a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o *Proyecto Siete*, o Coletivo Ceilândia e a Universidade de Brasília.

O colóquio teve a preocupação de fomentar a decolonialidade da produção científica no contexto do binômio discurso-pobreza. Pensando nas discussões em torno da decolonialidade e especialmente da colonialidade epistêmica e os caminhos que a universidade ainda precisa descobrir e trilhar, “Epistemologias do Sul e os estudos da pobreza” foi a conferência de abertura do evento e é o primeiro capítulo do livro, que reúne seis capítulos.

Wanderson Flor do Nascimento, autor do primeiro capítulo, inicia o texto provocando o/a leitor/a sobre o que é a pobreza. Em seguida, destaca o objetivo do texto, que é discutir alguns horizontes teóricos para pensar, de modo crítico, a categoria de pobreza situada no contexto da colonial-modernidade (entendendo que linhas de força coloniais são constitutivas da modernidade). Para aprofundar a discussão, Nascimento traz reflexões de autores que são referências nos estudos decoloniais, como Enrique Dussel, que tenta desvendar o “Mito da Modernidade”; Walter Dignolo e Aníbal Quijano, este elaborador do conceito de colonialidade. Para Quijano, a Modernidade, tal como é conhecida atualmente, só existe porque se instaurou uma forma de exercício de poder que

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade de Brasília. Especialista em Gestão da Comunicação e Marketing Institucionais pela Universidade Castelo Branco. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em Letras pelo Centro de Ensino Superior. É membro do grupo de pesquisa LabEC – Laboratório de Estudos Críticos do Discurso da Universidade de Brasília.

inferioriza o outro, que cria identidades através da criação violenta de alteridades que podem – e, em grande medida, devem – ser subordinadas, violadas, oprimidas (p. 20). A base material, epistêmica, política, moral para o surgimento e a manutenção da modernidade é exatamente a conquista da América Latina (p. 21). O autor do capítulo também cita Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, que apresentam a definição de Epistemologias do Sul. Em seguida, Nascimento faz uma abordagem decolonial da pobreza e sugere repensar a pobreza a partir desse aparato. Ele acredita que pensar a pobreza pela lógica decolonial não é condenar a modernidade, mas entendê-la como parte da modernidade.

O segundo capítulo, “*A criminalização de Rafael Braga Vieira: notas sobre a seletividade racializada e a cidade revanchista*”, foi escrito por Leonardo Souza, Fábio Campos, Camila Prando, Rosimeire Silva e Viviane Resende. As duas últimas também assinam a organização deste livro. O capítulo começa com uma narrativa sobre os acontecimentos que levaram o catador Rafael Braga para uma prisão. Durante as manifestações de 2013, conhecidas como Jornadas de Junho, ele foi detido pela polícia junto com dezenas de pessoas, que acabaram sendo liberadas. Rafael, no entanto, permaneceu preso, e em cinco meses foi julgado e condenado sem ter tido qualquer participação nos protestos.

Com a divulgação da condenação pela grande mídia, no final de 2013 ativistas e militantes de movimentos sociais se uniram e criaram a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga. Várias atividades foram organizadas para pressionar o judiciário pela liberdade de Rafael. Em outubro de 2014, houve uma progressão do regime de fechado para o semiaberto, quando poderia sair do presídio para trabalhar. Após um *post* de uma foto de Rafael em frente a uma pichação com os dizeres “Você só olha da esquerda p/ direita, o Estado te esmaga de cima p/ baixo”, feita pelo advogado, o catador sofreu punição, perdeu o direito ao regime semiaberto, até que, em dezembro de 2015, ele foi solto novamente, sendo monitorado por tornozeleira eletrônica.

O caso de Rafael conta ainda muitas injustiças, que são descritas pelas autoras e autores. Ele voltou para a prisão em janeiro de 2016 e hoje se encontra em prisão domiciliar para tratamento de tuberculose adquirida no presídio. Conforme relatado no capítulo, a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga acredita que ele está preso porque é negro e porque é pobre. A situação expõe o funcionamento do sistema judiciário e executivo, que, em decorrência de uma herança colonial e autoritária, encarceram e matam negros há mais de 500 anos no Brasil. Os autores fazem uma abordagem sobre a

seletividade racializada, contextualizando-a no corpo de Rafael e também tratam a política brasileira como violência. Voltando ao cenário das manifestações de 2013, marcado pelas ações e abusos das polícias, enfatizam a atuação das mídias nacionais e internacionais, e ressaltam a ausência do governo brasileiro em se posicionar sobre os acontecimentos. Segundo o texto, para muitas organizações de direitos humanos, a carência de resposta do governo diante das denúncias de abuso estava relacionada à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A última parte do capítulo trata da atuação do poder público do Rio de Janeiro, relacionando-a com as prisões de Rafael Braga e coma realização dos megaeventos. A “cidade maravilhosa”, chamada de “cidade revanchista” pelos autores, recebeu investimentos bilionários, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento urbano, pautado pela gentrificação do centro urbano e na criminalização das periferias.

No terceiro capítulo, “*A situação de rua como problemática social estrutural nas cidades*”, Horácio Raúl Ávila e María Lucía Molina buscam “propor e plasmar um diálogo entre os desenvolvimentos de organizações sociais, militantes, investigadores/as e outros atores sociais sobre a problemática da situação de rua” (p. 59). O capítulo foi originalmente escrito em espanhol e traduzido ao português pelas organizadoras do livro. O texto aborda a questão a partir da realidade de Buenos Aires, que tem 26 mil pessoas em situação de rua.

O autor e a autora começam resumindo as representações que o discurso hegemônico constrói sobre essas pessoas. Para eles, esse discurso responde aos parâmetros do sistema capitalista e das políticas neoliberais. Nesta parte, eles destacam os estudos teóricos de Fairclough, propondo reflexões sobre o poder do discurso e sobre a atuação dos meios massivos de comunicação. Na sequência, sugerem um exercício de desnaturalização do discurso hegemônico, a partir da experiência de pessoas que vivem ou viveram na rua. Depois, apresentam as implicações da naturalização da situação de rua: em primeiro lugar, oculta a violação de direitos, e, em segundo lugar, retira a situação de rua de contexto, o que significa perder de vista que a situação de rua em Buenos Aires, como em qualquer cidade do mundo, é uma problemática social estrutural.

Após fazer essas abordagens, concentram-se em questionar as respostas políticas que geralmente são dadas a essa problemática no marco de um sistema capitalista. De acordo com Ávila e Molina, o Estado promove dois tipos de resposta para a situação de rua: por um lado, a assistencialista; por outro, a expulsiva (p. 75), não sendo as respostas necessariamente excludentes. Por último, resgatam a organização coletiva como

estratégia de luta e resistência, apresentando a experiência da organização social *Proyeto7*. O autor e a autora mostram que a atuação e a importância do projeto, que nasceu em 2003, só têm aumentado com o passar dos anos.

Em “*Movimento Nacional da População em situação de rua e políticas públicas: diálogos*”, quarto capítulo do livro, Gersiney Santos e Maria Lucia Santos Pereira oferecem uma experiência de conversa no texto, o que confere leveza à leitura. Há momentos em que cada um aborda uma questão e há outros em que mesclam a autoria. O texto começa com o percurso histórico do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e sua trajetória de luta em mais de uma década. Trata-se de um movimento social decorrente da luta conjunta de movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, em São Paulo, em 2004. Após essa apresentação, o autor e a autora discutem ações ligadas ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), exemplo de política pública voltada exclusivamente para a questão da situação de rua.

O Comitê Intersetorial foi criado com a promulgação o decreto 7.053, em 23 de dezembro de 2009, e é um espaço que tem como função reunir sociedade civil e representantes do governo para construir e efetivar políticas votadas para as pessoas em situação de rua. Maria Lúcia Pereira observa, entretanto, que pouco se avançou desde então. Gersiney Santos concorda com ela e ressalta ter observado, enquanto participante das reuniões do CIAMP Rua do Distrito Federal, entre 2013 e 2014, dificuldade na aplicação de decisões tomadas coletivamente. Em sua presença em várias partes do país, Maria Lucia Pereira percebeu pouca força das organizações para dialogar com o Estado, por isso ela acredita que o CIAMP Rua Nacional deveria monitorar, auxiliar, incentivar os CIAMP estaduais e municipais, inclusive construindo um planejamento em conjunto.

Prosseguindo com os diálogos, Gersiney Santos compartilha suas percepções, como um analista de discurso em campo, acerca da sua atuação com o MNPR-DF. Depois, é a vez de Maria Lúcia Pereira expor suas considerações. Ela relaciona a situação de rua com a questão da moradia, a partir da perspectiva do MNPR. Gersiney Santos complementa essa questão da habitação com uma análise discursiva. Antes de fazer as conclusões, a autora e o autor refletem acerca dos desafios para a inclusão da população em situação de rua na moradia adequada de acordo com o MNPR, bem como o papel do Estado nesse processo.

O quinto capítulo, intitulado “*Políticas públicas e luta pela garantia de direitos da população em situação de rua no Distrito Federal*” é de autoria de Urânia Flores da

Cruz Freitas e Mairla Feitosa e também aborda o MNPR. As pesquisadoras iniciam o texto relacionando o capitalismo e a população em situação de rua no Brasil. Prosseguem tratando da criação do MNPR e da sua atuação. Mostram o perfil dessa população no DF, por meio dos dados alcançados na “Pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal”, realizada em 2011. Nela estão detalhadas: idade, gênero, escolaridade, acesso à saúde, ao trabalho, contato com drogas, enfim, as condições de vida, como também as políticas e dificuldades no acesso a elas na capital.

Outro ponto que destacam é o fato de a maioria da população adulta em situação de rua desconhecer e não participar do MNPR. Para as autoras, a estruturação de um movimento desta natureza demandam tempo e parcerias, principalmente políticas e materiais, para que as pessoas em situação de rua se organizem (p. 143). Elas, então, analisam o avanço do MNPR e o retrocesso do governo diante da situação de rua. Terminam salientando o desafio mais relevante, que é de tornar o movimento social da população em situação de rua reconhecido para que, nas palavras das autoras, se façam valer os direitos dessas pessoas e para que seja instituída efetivamente a política distrital para essa população (p. 149).

O último capítulo deste volume apresenta o hip hop como movimento de resistência. “*Cultura Hip Hop em Movimentos de Resistência*” conta com a participação dos artistas locais Jefferson S. Alves (DJ Jamaika), Ravier Hernandez e Saphira P. Alves. É assinado também pelas professoras Raquel Tushiyyah e Francildes C. de Souza, pela pesquisadora Sandra Rodrigues Sampaio Campêlo e pelo pesquisador Alessandro Borges Tatagiba.

As abordagens começam com a história de Ceilândia. Contam sobre sua criação, citam o principal ponto turístico e também comentam o perfil da população. Ressaltam que parte das dificuldades que a Região Administrativa enfrenta está relacionada às drogas, à violência, à falta de equipamentos de saúde pública e de creches, dentre outros. Em meio aos problemas, a cidade desponta como referência do Rap nacional, com vários grupos musicais dando voz ao povo da periferia.

A história do Hip Hop e as linguagens do gênero (dança, grafite, DJ e MC) também ganham espaço neste capítulo, que vai tratar do Hip Hop de uma maneira ampla, no âmbito do Brasil, depois de Brasília, para chegar ao local, ao Hip Hop em Ceilândia. As reflexões apresentadas no capítulo sugerem que o movimento em Ceilândia nasceu e resiste como um contraponto às vozes hegemônicas que reiteradamente representam a cidade associada a uma identidade social violenta e pobre. Artistas locais, resistindo a

isso, lutam pelo próprio discurso, por meio de múltiplas linguagens do movimento, como forma de assumir a autoria legítima de suas identidades (p. 177).

Ao concluir a leitura do livro, percebe-se que, dentro da temática da pobreza, o volume explorou a exclusão, o silenciamento de vozes, a seletividade racializada, os movimentos sociais, propondo reflexões que podem contribuir com a transformação da sociedade, que é a proposta da Análise de Discurso Crítica. Além disso, garantiu lugar de fala não só a pesquisadores/as, mas também a movimentos sociais e artistas locais, o que constituiu um passo importante para democratizar as produções científicas e a própria universidade.

O livro reforça também a necessidade de diálogos efetivos e partir do Sul, para fortalecer a compreensão da pobreza como um projeto da modernidade. Desta forma, desafia leitores/as e pesquisadores/as. É, sem dúvida, um material rico para pesquisas pelas análises realizadas, pelas contribuições teóricas, pela inovação em trazer texto em formato de conversa, fugindo ao modelo acadêmico tradicional, e em trazer vozes que não têm espaço na produção científica. Fica o convite à leitura!

Como citar esta resenha:

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza da (Orgs). Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção de conhecimento engajado. Resenha de: MENDONÇA, Daniele Gruppi. *ReDCen*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 35-40, 2018.

Recebido em: 26/03/18
Aprovado em: 26/07/18